

## O MERCOSUL E O SETOR SUCROALCOOLEIRO

David Gulherme Gaspar RUAS  
Centro de Ciências Agrárias UFSCar  
Silvio Carlos BRAY

Depto de Palnejamiento Regional, do Instituto de Geociências e Ciências  
Exatas –UNESP, Campua de RIO Claro, SP.

### RESUMO

Em marco de 1991, os Presidentes da Argentina, Brasil, Praaguai e Uruguay seleramo o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercado do Cono Sul (Mercosul).

O Brasil é um dos Maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar, possuindo 193 unidades industriais de açúcar, com a maioria produzindo também álcool. A Argentina possui 25 unidades de açúcar, o Paraguai sete e o Uruguay duas.

O setor sucroalcooleiro se insere dentro do setor agrícola quanto à necessidade de realocização da produção. Se o protocolo assinado entre os membros do Sub- grupo de Acordo Señorial Sucroalcooleiro do Mercosul, não for referendado pelos respectivos movernos e nemhuma medida for tomada para tal, os produtores brasileiros de açúcar e alcohol levarão a uma quebreja dos produtores dos outros três países.

### INTRODUÇÃO

Oas países da América Latina sempre apresentaram interesse em se unirme, principalmente por suad caraterísticas de exportadores de produtos primários e pela fragilidade individual frente à tendência mundial de formação de blocos econômicos na nova divisão internacional.

Em linhas gerais pode-se dizer, que o processo de integração latino-americana iniciou-se a partir de 1960 com a criação da ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) e do Tratado de Integração Centroamericana que deu lugar ao Mercado Comum Centroamericano. Em 1968 criou-se a Associação de Livre Comércio do Caribe, que em 1973 se transforma e amplia no Mercado Comum e Comunidade do Caribe.

Em 1969 foi criado o Pacto Andino ou Acordo fdr Cartagena, quando os movernos da Bolívia, Chile, Ecuador, Perú, Venezuela e Colombia resolveram se associar na criação de um sistema de integração de um sistema de integração econômica regional; quatro anos mais tarde o Chile se desligou do grupo. O acordo estabelece cláusulas para a criação de tarifas alfandegárias uniformes para todos os países membros.

O livre comércio entre Colombia e Venezuela já está em vigor desde o inicio do ano de 1992 e a zona livre de comércio entre Colombia, Bolívia e Equador passou a vigorar a partir de 01/10/92 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992A).

Em 1980, os Ministros das relações Exteriores da ALALC criaram e Associação Latino Americana de Integração (ALALC) que, contrariamente ao tratado anterior (ALALC), abandona o objetivo de estabelecer uma zona de livre comércio e aponta por estabelecer zonas de preferências econômicas entre seus membros. Por tanto, a ALALC propunha uma integração entre todos os membros e a ALADI passa a Incentivar o bilateralismo entre os membros.

Dentro da filosofia da ALADI, o Brasil e a Argentina passaram a firmar protocolos dentro do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), protocolos estes dinamizados pelos Presidentes Sarney (Brasil) e Alfonsín (Argentina). Em novembro de 1988 assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que prevê a criação de um mercado comum entre os dois países e estabelece um período de 10 anos para a remoção de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços nos territórios dos dois Estados (LAREDO, 1991)

Enquanto os países da América Latina estão realizando acordos entre si ou blocos de interesse, os Estados Unidos assinam com o México e o Canadá o NAFTA (North American Free Trade Agreement), que deverá entrar em vigor em 1994 e prevê a redução gradual e eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias entre os países signatários, num prazo de 15 anos.

## **A CRIAÇÃO DO MERCOSUL**

No dia 26 de março de 1991, os Presidentes da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai selaram o Tratado de Assunção que instituiu o Mercado do Cone Sul (Mercosul. Este acordo procura expandir o intercâmbio de produtos e serviços existentes entre si.

No Brasil, o Tratado do Mercosul passou a vigorar a partir de 29 de novembro de 1991, quando da publicação do Decreto Nº 350 do Presidente de república no Diário Oficial da união de 22 de novembro de 1991.

Os quatro países que participam do Mercosul, possuem características que os diferenciam, a começar pela extensão territorial e população, como pode ser visto na Tabela 1, em que destaca o Brasil com 71.7% do total da área de 79.0% da população.

Em quanto a densidade populacional é de 17.7 habitantes/Km<sup>2</sup> no Brasil, é de 11.8, 1.5 e 17.6 respectivamente na Argentina, Paraguai e Uruguai. Quanto à língua o Brasil é o único que não falta o espanhol.

Com a integração proposta pelo Mercosul, pode-se dizer que ocorrerá uma expansão de 60 vezes o mercado potencial do Uruguai, de 6 vezes da Argentina, e de 45 vezes o do Paraguai e de somente ¼ o do Brasil. Esta situação provoca poucas dioscossões no meios brasileiros, estando mais restrita aos estados do sul do país.

**Tabela 1. Área e População dos Países do Mercosul.**

País	Área Km <sup>2</sup>	Participação %	População-mil hab(1)	Participação %
ARGENTINA	2 766 889	23.3	32 609	17.13
BRASIL	8 511 956	71.76	150 368	79.00
PARAGUAI	406 752	3.43	4 277	2.25
URUGUAI	176 215	1.48	3 094	1.62
TOTAL	11 861 812	100.00	190 343	100.00

(1) Estimativa -1991. Fonte: EDITORA ABRIL (1991) e MANDIN (1992)

## **ASPECTOS ECONOMICOS E SOCIAIS**

Os quatro países do Mercosul possuem política cambial flutuante, onde a moeda local varia-seu poder de compra face ao dólar americano conforme a variação dos preços internos, em virtude de um processo inflacionário existente. Neste contexto, o Brasil é o país que possui as mais altas taxas de inflação dos últimos períodos. A Argentina, com seu plano de estabilização econômica, tenta manter uma política de câmbio fixa. O aspecto cambial possivelmente será um dos grandes problemas a serem enfrentados na harmonização das políticas macroeconômicas dos países membros.

A moeda na Argentina e no Uruguay é o Peso, no Paraguai é o Guaraní e no Brasil o Cruzeiro. Na Tabela 2 são apresentados aspectos referentes à economias dos membros do tratado.

De um total de 433 711 bilhões de dólares que a região do Mercosul possuía de produto interno bruto em 1991, o Brasil participou com 75.9%. Quanto à renda per capita, o Brasil ocupa a terceira posição, sendo que o Uruguay ocupa a primeira e o Paraguai a última. Em face a disparidade da renda entre o Paraguai e os outros membros, e pelo estágio de desenvolvimento do país, será o que mais influências deverá receber.

Quanto ao aspecto populacional, dois indicadores sociais, expectativa de vida ao nascer e o analfabetismo, permitem uma visão da situação atual, pois reflete toda uma preocupação com o homem. (Tabela 3).

Quanto a discussão da integração dos países em um mercado único, o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO (1992) coloca que "o País está favorecendo o nascimento de sérios concorrentes. Deixamos ao capital estrangeiro, que durante anos privilegiou o Brasil, a possibilidade de escolher, para conquistar novos mercados, outros países".

Para PEREIRA (1992), é irrealista pretender ter o Mercosul operando operando nos moldes do MCE em 1994, mas mesmo assim estimulará os fluxos de intercâmbio na região.

**Tabela 2. Indicadores macroeconómicos dos países do Mercosul.**

País	Cotação de U\$S na moeda local (1)	PIB viões U\$S(2)	Renda per capita U\$S(2)
ARGENTINA	0.99	89 538.9	2745.9
BRASIL	3058.00	329 538.0	2147.4
PARAGUAI	1452.10	6 546.3	1488.4
URUGUAI	2975.00	8254.0	2836.3

Fonte: (1)GAZETA MERCANTIL (1992)- Posição em 09/06/92  
(2) MANDIN (1992)- em dólares de 1991

**Tabela 3. Indicadores sociais dos países de Mercosul.**

País	Expectativa de vida ao nacer (1988)	Analfabetismo (%)(1985)
ARGENTINA	71	6
BRASIL	68	2
PARAGUAI	67	12
URUGUAI	73	5

Fonte: CASTRO (1991)

### **A IMPLANTAÇÃO DO MERCOSUL**

O Tratado de Assunção , assinado pelos quatro países, define um período de transição para a constituição do Mercado Comum, que deverá ter eliminado 100% das taxas alfandegárias no comércio entre si. Este período foi fixado em quatro anos, em que se reduziria o total das taxas, conforme relacionado na Tabela 4.

Estão excluídos dos percentuais de liberação apresentados na tabela 4, uma série de produtos relacionados pelos países membros, que constituem as listas de exceções. Originalmente estas listas foram elaboradas como 394 brasileiros, 439 paraguaios e 960 u uruguayos, cujos itens serão reduzidos anualmente em 20% pelo Brasil e Argentina. O Uruguay e o Paraguai terão e redução menor da lista nos primeiros anos, mas terminarão com os 20% final 31-12-95, portanto o mercado comum livre entre os quatro países se dará em 01-01-96.

MARQUES (1991)coloca que: “O desafio é como operacionalizar maior especialização e reestruturação dos parques produtivos sem promover uma competição selvagem em alguns segmentos e sem desestabilizar setores sensíveis, em peral, no caso brasileiro, localizados na área agrícola”.

**Tabela IV Cronograma de liberalização**

Dats	Percentual de extinção
29/11/91	47%
31/12/91	54%
30/06/92	61%
31/12/92	63%
30/06/93	75%
31/12/93	82%
30/06/94	89%
31/12/94	100%

Fonte: BRASIL (1991a)

## **COMERCIO EXTERNO**

O Brasil é o País que possui o maior volume de intercambio comercial dentro os membros de Mercosul. Considerando as exportações totais dos membros, 46 853 milhões de dólares em 1990, o Brasil participou com 67.0% a Argentina com 26.4% o Uruguai com 3.6%.

Analisando o Comércio Exterior dos países da América Latina e caribe em período encerrado em 1991, ROSENTHAL (1992) a presença as seguintes considerações dos países membros do Mercosul: “No Brasil as exportações tiveram um incremento de menos de 2% o que significa uma recuperação muito parcial da forte contração do ano anterior. Houve, ademais, grandes diferenças no comportamento das exportações no transcurso do ano, já que nos primeiro quatro meses haviam registrado expansão de 20% porém a partir de maio declinaram consideravelmente. O incremento se baseou nos bens primários e semimanufacturados, os manufacturados acusaram um novo retrocesso, o que reflete, entre outras coisas, a perda de competitividade da actividade industrial pelo baixo nível de inversões dos últimos anos”.

“Na Argentina as exportações não tiveram o dinamismo que haviam mostrado em recentes épocas de recessão interna e alta taxa real de câmbio, diminuído ao redor de 5% em parte por queda dos preços, assim como por contração de volume. Em 1991, a taxa real de câmbio diminuiu 30% perda que se compensou em certa medida pela redução dos impostos de exportações. No Paraguai as vendas ao exterior tiveram uma significativa contração 9.8%, como conseqüência da diminuição dos embarques e do preço da soja, o qual foi só parcialmente compensado pelas maiores vendas de algodão. No Uruguai, o valor dos envios ao exterior diminuiu 5% pela redução das exportações tradicionais”.

Em relação ao comércio entre os países, o dado que mais se destaca é o comércio Brasil- Argentina, já que o Brasil é o maior comprador de produtos argentinos.

**Tabela 5ª. Exportações totais dos países do Mercosul.**

Exportações em milhões de dólares.

País	1988	1989	1990	1991
ARGENTINA	9 134	9 753	12 354	11 700
BRASIL	33 773	34 375	31 414	32 000
PARAGUAI	831	1 167	1 392	1 280
URUGUAI	1 404	1 599	1 693	1 615

Dados de 1991 são estimativas

Fonte: TEIXEIRA (1991) E ROSENTHAL (1992)

**Tabela 5b. Exportações totais dos países do Mercosul**

Exportações em milhões de dólares.

País	1988	1989	1990	1991
ARGENTINA	4 900	3 884	3 728	7 360
BRASIL	14 605	18 263	20 424	21 000
PARAGUAI	745	1 001	1 354	1 475
URUGUAI	1 112	1 136	1 267	1 470

Dados de 1991 são estimativas

Fonte: TEIXEIRA (1991) E ROSENTHAL (1992)

## **O SETOR SUCROALCOOLEIRO**

Brasil e a Argentina são países auto-suficientes na produção de açúcar, exportando parcelas significativas. O Uruguai e o Paraguai em certos períodos necessitaram importar para atender a demanda interna.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar, possuindo 193 unidades industriais de açúcar, com a maioria produzindo também álcool e 181 destilataria que só produzem álcool. A Argentina possui 25 usinas de açúcar e o Paraguai duas. Conforme podemos observar na Figura 1, onde estão localizadas as áreas produtoras de açúcar e álcool do Mercosul.

A integração econômica Brasil-Argentina. Desde governo Sarney, promoveu o intercâmbio comercial com base em protocolos. O Protocolo Nº 22, referente à indústria alimentícia, basicamente eliminou as tarifas, permanecendo ainda hoje somente para o café solúvel e o açúcar brasileiro, na Argentina, e o alho e a cebola argentinos, no Brasil.

## O SETOR AÇUCAREIRO

A pesar de Argentina, Paraguai e Uruguay serem pequenos produtores açucareiros, participam do mercado mundial, sendo este mercado caracterizando por acordos preferenciais entre produtores e consumidores. Um destes acordos é o sistema de cotas de importações efetuado pelos Estados Unidos, que privilegia países produtores em desenvolvimento com preços diferenciados do mercado livre. Na Tabela 6 apresentamos as cotas de importações referentes aos países membros do Mercosul.

Os países do mercosul são responsáveis por 19% da cota global de importação de açúcar dos EUA, sendo que para o período out/set 92, até meados de abril, o Paraguai já cumpriu sua cota, a Argentina e o Brasil já tinham exportando mais de 60% e o Uruguay ainda, não tinha efectuado nenhuma venda (GEOPLACEA. 1992).

**Tabela 6 Cotas de incorporação de Açúcar do EUA, em toneladas.**

País	Período	
	Out/set 91	Out/set 92
País Exportador		
ARGENTINA	87 489	88 317
BRASIL	284 953	191 593
PARAGUAI	8 030	7 258
URUGUAI	8 030	7 258
TOTAL	2 098 185	1 384 344

Fonte: GEPLACEA (1991 e 1992).

Dados dos setores de membros do Mercosul são apresentados no Boletim do Geplacea (Grupo de Países Latino Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar) menos do Paraguai, que somente em abril/92 passou a integrar este grupo. Os dados foram reelaborados pelos autores para apresentação por país (Tabela 7a, 7b, 7c., e 7d.).

O consumo "per capita" de açúcar, no ano de 1990, foi estimado pelo Geplacea em 44.0 Kg/hab. No Brasil, 33.1 Kg/hab. Na Argentina e 24.3 Kg/hab, no Uruguay.

Verifica-se pelas produções e consumo dos membros do Mercosul, que o Brasil possui um grande potencial para interferir nos mercados internos de cada país. Para administrar estes tipos de desequilíbrios, o Capítulo II do Tratado de Assunção prevê a criação de um Conselho e de Grupos do Mercado Comum.

O grupo é constituído de sub-grupos que propõem ao Conselho medidas que possam facilitar a implantação do acordo. O sub-grupo 8: Política Agrícola, é o que trata de questões relacionadas à Agricultura. Dentro deste sub-grupo reuniram-se os representantes dos 4 países que elaboraram o Acordo Preferencial Sucroalcooleiro em agosto/92, acordo este que precisa ser validado pelos respectivos governos.

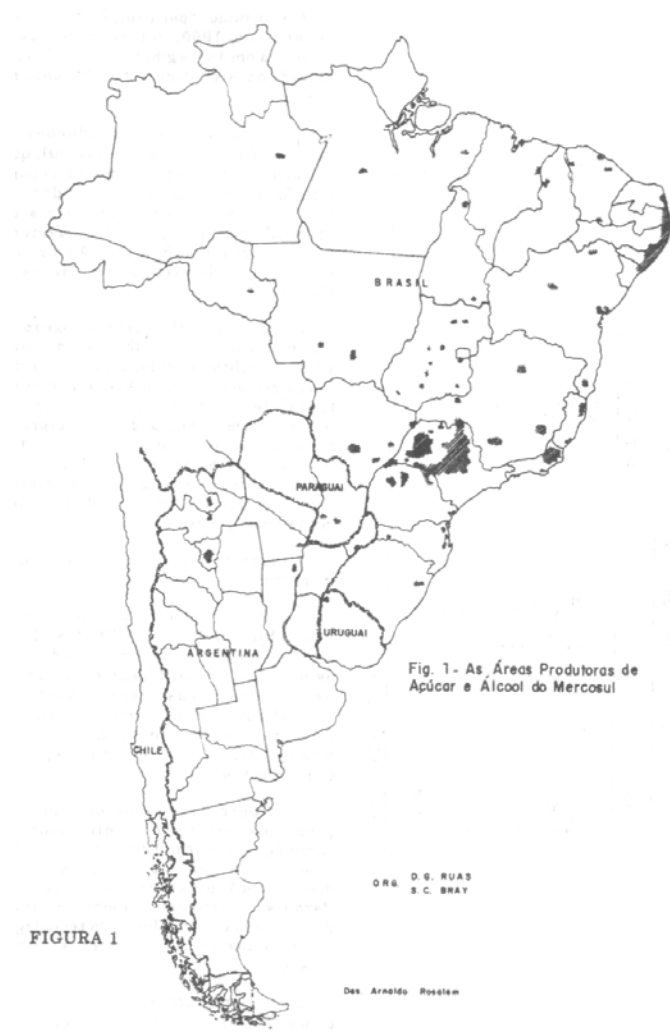


FIGURA 1

**Tabela 7<sup>a</sup>. Produção, consumo e exportação de açúcar da Argentina, em mil toneladas.**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>	<b>Consumo</b>
1980	1 716	484	1 037
1981	1 624	709	1 022
1982	1 563	338	954
1983	1 624	739	957
1984	1 545	529	1 003
1985	1 188	157	974
1986	1 120	109	1 039
1987	1 063	91	1 104
1988	1 283	220	895
1989	1 017	172	914
1990	1 351	374	1 070

FONTE: HUEBE (1992)



**Tabela 7<sup>a</sup>. Produção, consumo e exportação de açúcar da Brasil, em mil toneladas.**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>	<b>Consumo</b>
1980	8 270	2 662	6 264
1981	8 726	2 670	5 872
1982	8 941	2 788	6 097
1983	9 555	2 801	5 909
1984	9 259	3 040	6 201
1985	8 455	2 609	6 080
1986	7 999	2 554	6 589
1987	9 266	2 424	6 572
1988	7 874	1 610	6 241
1989	7 326	965	7 401
1990	8 007	1 577	6 615

FONTE: HUEBE (1992)

**Tabela 7<sup>a</sup>. Produção, consumo e exportação de açúcar da Argentina, em mil toneladas.**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Consumo</b>
1980	89 238	4 200	0	69 685
1981	76 518	0	0	71 455
1982	85 000	3 450	0	75 000
1983	92 000	15 151	0	78 000
1984	92 000	0	4 891	78 000
1985	80 000	0	12 000	80 000

FONTE: HUEBE (1992)

**Tabela 7<sup>a</sup>. Produção, consumo e exportação de açúcar da Argentina, em mil toneladas.**

<b>Ano</b>	<b>Produção</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Consumo</b>
1980	102	0	9	102
1981	97	0	18	100
1982	103	0	0	99
1983	100	15	0	92
1984	100	7	1	95
1985	90	4	2	100
1986	98	8	0	82
1987	103	8	0	83
1988	83	10	15	78
1989	88	9	8	68
1990	64	15	0	75

FONTE: HUEBE (1992)

A seguir transcrevemos a maior parte do acordo:

“A fim de facilitar o cumprimento dos objetivos do MERCOSUL e possibilitar que alcancem em cada país as metas de produtividade e eficiência nas respectivas agroindústrias sucroalcooleiras, fundamentais para a solução dos agudos problemas sociais e ambientais desses países e ambientais desses países, se comprometem a:

1. Coordenar esforços em um programa comum de melhoramento tecnológico agrário e industrial, assim como facilitar os processos de diversificação e reconversão necessários. Para isso, prometem colaboração para o desenvolvimento e difusão da tecnologia e dos conhecimentos existentes nesses países.
2. Realizar ações para adoção de combustível ecológico comum, constituído de mistura de nafta básica, com um máximo de 0.013 gr/litro de chumbo-sem outros metais pesados como etanol em proporção entre 10% e 22%. Essa mistura apresentará os seguintes efeitos positivos para saúde pública e o meio ambiente:
  - a) O etanol permitirá substituir o chumbo tetraetila como antidetonante, com o consequente benefício para saúde de população, por ser o chumbo altamente tóxico e nocivo para o meio ambiente.
  - b) Pelo efeito oxigenante que tem o etanol, reduzirá em cerca de 50% a emissão do monóxido de carbono.
  - c) Diminuirá o dióxido de carbono na atmosfera, principal causa do efeito estufa, com melhor equilíbrio entre as emissões dos gases provenientes de combustão e a absorção pelas plantações de cana-de-açúcar. Isso significará importante contribuição dos países da região para o melhoramento mundial do meio ambiente, em consonância com as diretrizes da conferência Eco/92, realizada recentemente no Rio.
  - d) Reduzirá a emissão dos compostos de enxofre e de hidrocarbonatos aromáticos e olefínicos responsáveis pelo smog fotoquímico.
  - e) Ao melhorar o processo de combustão interna dos motores, também reduzirá a emissão de partículas de carbono.

Outro aspecto importante a considerar é o carácter de recurso renovável da matéria prima para elaborar o etanol carburante .

3. Reconhecendo a existência de profundas assimetrias próprias do setor, que afetarão o intercâmbio em condições equitativas dentro do MERCOSUL, requer a adoção de medidas tendentes a superá-las, de tal maneira que permitam ao setor ingressar ordenadamente no MERCOSUL, em prazo compatível com as ações que necessariamente deverão se desenvolver, minimizando os custos do processo.

4. Propor em formas conjunta a instrumentalização de uma taxa aduaneira externa comum pajunta todos os tipos de açúcar, que permita proteger o MERCOSUL da distorção estrutural do mercado mundial, produto do alto nível de proteção e subsídios dos países desenvolvimos.
5. Conceder especial importancia ao desenvolvimento do etanol carburante como solução estrutural para absorver esxedentes de cana-de-açúcar.
6. Correlativamente às ações estabelecidas na cláusula 2ª, limitar o comércio dentro do MERCOSUL ao necessário paraobrir o déficit de produção de cada país.
7. Analisar mecanismos para ordenar o referido comércio a fim de que este não conduzca à destruição das produções locais no período de transição.
8. Ratificar a necessidade de superar as assimetrias existentes para poder atingir integração harmônica em matéria açucareira, em particular, as que resultam da existencia no Brasil de um programa sucroalcooleiro substantivo, que não guarda relação com a política açucareira de outros países membros do MERCOSUL.
9. Estabelecer política sucroalcooleira comum, para o que deverá:
  - a) Lograr ampliação dos prazos estabelecidos no tratado de Assunção para integração plena em matéria açucareira.
  - b) Manter o açúcar nas listas de exeção durante todo o período até integração plena.
  - c) Implementar tão logo quanto possível, de acordo com o disposto na cláusula 2ª, a utilização do etanol como aditivo às naftas ecologicas.
10. Finalmente, as entidades representativas da agroindústria açucareira se comprometem a realizar gestões junto às autoridades de cada um de seus países, a fim de formalizar os instrumentos intergovernamentais necesarios à realização dos objetivos propostos”.

## **O SETOS ALCOOLEIRO**

Com a crise dos combustibile a que foram submetidos os países não productores de petróleo , em face à guerra Irã-Iraque, em que houve um grande aumento dos preços sob orientação da OPEP, os países que constiuem hoje o Mercosul tomaram medidas que possibitassen diminuir as dependências externas.

Neste contexto o Brasil criou em 1975 o Proálcool, com fortes subsídios governamentais com fim de producir alcohol em substituição da lavoura canaviera no Centro no Sul do Brasil, conforme mostrado na Figura 1, com a

legislação de 181 destilarias anexas às usinas de açúcar. Hoje o Brasil esmaga de álcool do que para açúcar, conforme apresentado na Tabela 8.

**Tabela 8: Destino da cana-de-açúcar esmagada no Brasil, safras 1966/87 a 1989-90, em toneladas.**

<b>SAFRA</b>	<b>Açúcar</b>	<b>Alcohol</b>	<b>Total</b>
1986/87	94 605	132 599	227 204
1987/88	86 961	136 515	223 476
1988/89	85 124	134 713	219 837

Fonte: MIC/IAA (1987 A 1989)

Na Tabela 9 apresentamos a evolução da produção global de álcool do Brasil no período das safras 1975/76 e 1989/90. Neste volume estão incluídos o álcool anidro, que é misturado à gasolina com o fim de substituir o chumbo tetraelita como antidetonante o álcool hidratado, que o consumido directamente pelos automóveis e o álcool que é destinado para consumo domésticos, perfumaria, bebidas e alcooquímica, entre outros usos.

**Tabela 9. Evolução da Produção de Alcohol no Brasil, safras 1975/76 e 1989/90**

<b>SAFRA</b>	<b>Alcohol Produçido (milhões de litros)</b>	<b>Incremento</b>
1975/76	555	—
1976/77	664	19.64
1977/78	1 470	121.36
1978/79	2 491	69.46
1979/80	3 398	36.33
1980/81	3 706	9.13
1981/82	4 240	14.41
1982/83	5 823	37.33
1983/84	7 864	35.03
1984/85	9 252	17.65
1985/86	11 819	27.75
1986/87	10 537	-10.85
1987/88	11 459	8.75
1988/89	11 715	2.23
1989/90	11 920	1.75
1990/91	11 840	-0.67

Fonte: BRASIL (1991b)

Na Argentina a utilização de álcool como combustível teve início do ano de 1978, segundo HEMSY, M SCANDALIARIS & CARDENAS (1984) que colocam o PROJETO Alconafta, nome com que se identifica o Programa de Alcool, combustível, nasce como uma iniciativa de uma provincia produtora de açúcar. Esta provincia, Tucuman, é a que produz a maior quantidade de cana-de-açúcar e respode com aproximadamente 60% do total de açúcar elaborado.

Na Paraguai a decisão de produção de álcool carburante foi do Governo Nacional, que em 1976 criou uma destinatária com inicio de operação em 1980. no ano de 1982 foi criada a Comissão Nacional de Alcohol Carburante – CONAC que passou a dirigir a produção e comercialização do alcohol a nível de país.

Segundo DORIA (1984), “O Paraguai tem 406 000 Km<sup>2</sup>, a região oriental com cerca de 180 000 Km<sup>2</sup>, utiliza 10% para uso agrícola, o que não dá uma idéia das extensões potenciais das terras que temos para estender, não só o programa alcooleira, senão outros possíveis”. O programa paraguaio se utiliza da senda direta de alcohol nos postos de abastecimento, o que le permite possuir frota de automóveis que se utilizam este combustível, por tanto é um programa que possui características semelhantes ao do Brasil.

No Uruguai não foi implantado nenhum programa oficial de produção de álcool carburante, pois o país não possui muitas condições de ampliações das lavouras de cana de açúcar existentes. MARTINEZ & Ferrari (1984) colocam que “a produção atual de etanol no Uruguay é realizada em forma monopolica pela ANCAP a partir de melado de cana de açúcar e de beterraba açucareira. Produz-se alcohol 96.5° GL e se usa fundamentalmente em bebidas e na indústria farmaceutica”.

Em 1979, a CALNU (Cooperativa Agropecuaria Ltda. Do Norte Uruguio) com o fim de aproveitar a capacidade ociosa da indústria, desenvolveu um projeto de uma destilataria anexa, que produzisse alcohol de cana-de-açúcar e sorgo sacarino. A CALNU esta instalada do norte do país, na união do Brasil, Argentina e Uruguai, e participa aproximadamente com 45% de produção total de açúcar do país, sendo que este projeto, até quanto descrito por MARTINEZ & FERRARI (1984) ainda não sido implantado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação de processo de integração sempre acarreta impactos entre seus membros, que podem ser positivos ou negativos. Pel a grande diferença entre os países do Mercosul, o setor agrícola é um dos que mais trará problemas, pois abrange um grande número de produtores. A integração levará à realocação das culturas em seus espaços produtivos, sendo que cada um produzirá o que mais vantagens comparativas, sendo que cada um produzirá o que mais vantagens comparativas tiver e também possibilitar maior eficiência e produtividade, consequentemente maior lucro.

O setor sucroalcooleiro se insere dentro do setor agrícola, quanto a necessidades de realocação da produção. Se o protocolo assinado entre os

membros do sub-grupo do Acordo Setorial Sucroalcooleiro do Mercosul não for referendado pelos respectivos governos e nenhuma outra medida for tomada para tal, os produtores brasileiros de açúcar e álcool levarão a uma quebra dos produtores dos outros três países.

Hoje, os produtores de açúcar e álcool do Estado de São Paulo –Brasil, apresentam um dos menores custos de produção mundial, e se localizam praticamente á mesma distância de Buenos Aires- Argentina, do que TUCUMAN- Argentina. Como o transporte de açúcar e álcool paulista pode ser efetuado por via marítima (Santos- BR- Buenos Aires- ARG), de menor custo, não existe possibilidade do produtor argentino competir com o brasileiro. O Brasil teve déficit no comércio bilateral com a Argentina e Uruguay em 1988 (BANCO CENTRAL, 1992). No ano de 1992, quando o Brasil começa a apresentar superávit no comércio com Argentina, iniciam-se as discussões contra o tratado. Neste sentido, temos o posicionamento do Ministro de Economia Argentina Domingo Cavallo de que se utilizará dos acordos bilaterais para conter as importações de produtos brasileiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992b).

## **BIBLIOGRAFÍA**

BANCO CENTRAL DO BRASIL; Boletim Mensal, Brasília, 1992, v. 28.

BRASIL Decreto Nº 350 Diário Oficial da União., Brasília, p26. 443-8, 2 de Nov, 1991 1ª. Seção.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Relatório da Subcomissão especial para exame da situação do setor sucroalcooleiro brasileiro, Brasília, Câmara dos Deputados, 1991, 98. p.

CASTRO, Demiam Reflexões sobre o desenvolvimento Latino- americano. Análise Conjuntural. Curitiba, V 13, N. 11/12, P. 1-5, 1991.

DORIA, Socar L. Programa nacional de alcoholes carburantes en Paraguay, oput/1983. In: GEPLACEA. Experiencia y perspectivas in América Latina sobre alcohol carburante. México, GEPLACEA, 1984. P 101-119.

EDITORA ABRIL, Almanaque Abril 91, São Paulo, 1991, 772p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Tendências Econômicas: Andinos iniciam mercado común. São Paulo, 01 out, 1992ª. Caderno 2, p 11.

FOLHA DE SÃO PAULO.. Argentina pode limitar importações do Brasil. São Paulo, 22 out 1992b, Caderno 2 p. 8.

GAZETA MERCANTIL. Mercados/Cambio e Commodities. São Paulo 11 jun. 1992 p32.

GEPLACEA. Informe de mercado. II Principales mercados azucareros. Boletim Geplaces, México, v. 8 n. 2 fev. 1991, p. 7.

HEMSY, Víctor; SCADALIARIS, Jorge & CARDENAS, Gerónimo. El Progre,a de alcohol carburante en la República Argentina, maio/1984. In: GEPLACEA. Experiencias y perspectivas in América Latina sobre alcohol carburante. México, GEPLACEA, 1984, P. 19-51.

HUEBE, Víctor L. Geplacea en cifras. Boletín Geplaces, México, v. 9 n, 3 marzo, 1991, p. 17-24.

LAREDO, Iris M. definición y redefinición de los objetivos del proceso de integração latinoamericana en las tres últimas décadas (1960-1990). Integración Latinoamericana, Buenos Aires, INTAL v. 16, n.171-2, 1991.

MANDUM, Ana M. grande ousadia marcada para 1995. Dirigente Industrial, São Paulo v. 33, n 8 AGO. P 32-4, 1992.

MARQUES, Renato L. R. Origens, Evolução & Desafios, Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, v 45, n, 10 out, p. 104-7, 1991.

MARTINEZ, L & FERRARI, Jorge, Posibilidades de un programa de alcohol carburantes, abril/1984. In: GEPLACEA. Experiencias y perspectivas in Américs Latina sobre alcohol carburante. México, GEPLACEA. 1984 p, 259-278.

MIC/IAA. CODEPLAN. Divisão de Estadística. Brasil Canas Moidas: safra de 1986/87. Rio de Janeiro, CODEPLAN, 1987. 17P.

MIC/IAA CODEPLNA, Divissão de Estadística, Brasil Canas Moidas safra de 1988/89, a Rio de Janeiro CODEPLAN, 1989, 17p.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Os desafios do Mercosul. Notas e Informações, São Paulo, 19 dez, 1991, p.3.

PEREIRA, Lia Valls. Retrospectiva 1991: Setos Externo Coyuntura Economica, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2 p. 26-9, fev 1992.

ROSENTHAL, Pert Balance preliminar de la economia de América Latina, 1991, Comércio Exterior. México, v. 42, N°2, p. 131-50, fev. 1992.

STATISTICAL BULLETIN London: ISO v. 42, n. 11, nov. 1983.

STATISTICAL BULLETIN London: ISO v. 42, n. 11, nov. 1986.

TEIXEIRA Ib. Tratado de Assunção: A busca de um grande Mercado. Coyuntura Econômica, Rio de JANEIRO, V. 45, N. 4, P, 78-82, abr. 1991.